



## Tribunal avalia primeiro ano das ações do planejamento estratégico do Judiciário



A primeira avaliação do planejamento estratégico de 2011 foi realizada no dia 12 de abril. Servidores com cargo de chefia apresentaram um balanço das ações concretizadas até o primeiro trimestre em suas respectivas áreas de atuação.

A coordenadora do Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE), juíza Sônia Amaral, destacou o esforço realizado para alcançar as metas do Judiciário nacional. Em pouco mais de um ano, foram cumpridas 30% das ações.

Um dos destaques da reunião foi o cumprimento da meta 5, possibilitando a implantação do método de gerenciamento de rotinas em 50% das unidades judiciárias.

Outra importante meta alcançada foi a de número 8, que permitiu a capacitação de magistrados em administração judiciária, refletindo positivamente na qualidade dos serviços forenses.

Em relação a 2011, o Judiciário maranhense está em pleno cumprimento das metas. Uma delas é julgar a mesma quantidade de processos distribuídos no ano, mais uma parcela do acervo já existente nas unidades. Essa meta, inclusive, já foi incluída no programa para 2011, durante a Oficina de Metas realizada em dezembro do ano passado.

A juíza entregou ao presidente do Tribunal, desembargador Jamil Gedeon, o

projeto de reestruturação administrativa do órgão. A proposta tem o objetivo de definir competências setoriais e desburocratizar a administração, dando agilidade aos procedimentos internos.

Jamil Gedeon reforçou que o orçamento do Tribunal está sendo utilizado de forma racional. "Os investimentos são feitos com base em estudos técnicos. Estamos gerindo melhor os recursos, canalizando para as prioridades", ressaltou o presidente.

**AÇÕES** - Durante as exposições, o diretor de informática e atuação do TJMA, Paulo Rocha Neto, informou as ações desenvolvi-

das para prover os setores com sistemas de segurança das informações para o desempenho de suas atividades diárias. Com a implantação de novos sistemas, foi disponibilizado para magistrados e chefes de unidades o certificado digital, que permite maior agilidade nas atividades cotidianas do setor.

O diretor financeiro, Luiz Carlos Calvet, informou que todas as operações com cartão de crédito corporativo hoje são feitas de forma eletrônica, garantindo a racionalidade e a segurança da prestação de contas, e lembrou que as informações de interesse público estão à disposição do cidadão, no Portal da Transparência. (continua pág. 02)



## EDITORIAL



A primeira avaliação do planejamento estratégico de 2011 mostrou que, mesmo diante das adversidades, desenha-se um cenário positivo no Judiciário maranhense.

Com 30% das ações executadas em pouco mais de um ano, estamos

colocando em prática o que planejamos.

Conseguimos cumprir a meta 5, que consistiu na implantação do método de gerenciamento de rotinas em 50% das unidades, e a meta 8, garantindo a capacitação de magistrados em administração judiciária.

Nossa prioridade no momento é julgar a mesma quantidade de processos distribuídos no ano e mais uma parcela do acervo existente.

Acabamos de concluir as reformas dos fóruns de Amarante do Maranhão e Montes Altos. As obras dos fóruns de Mirinzal, São Mateus, Caxias, João Lisboa, Mirador, Buriticupu, Alto Parbaíba e Loreto continuam a todo vapor, assim como a do anexo do Fórum de São Luís. Mais obras serão iniciadas em Lago da Pedra e Matões. As reformas do fórum de Parnarama serão iniciadas ainda neste semestre.

Continuamos investindo na criação de condições estruturais adequadas para que o Judiciário possa receber e julgar, de forma satisfatória, as demandas da sociedade. Nesse sentido, acabamos de instalar a Vara de Execuções Penais da comarca de Timon.

O dinamismo das ações volta-se também para a viabilização de soluções administrativas de conflitos relacionados à internação de pacientes e ao fornecimento de serviços e medicamentos que chegam ao Judiciário.

Para isso, criamos o Comitê de Resolução Administrativa de Demandas da Saúde, cujo trabalho será extremamente importante para evitar o que chamamos de "judicialização da saúde".

Nosso objetivo é que essas e outras ações desenvolvidas contribuam para o aperfeiçoamento da Justiça, tendo efeitos não só no presente, como também no futuro. Nessa perspectiva, vale lembrar o escritor e filósofo norte-americano John Schaar, que disse: "O futuro não é um lugar para onde estamos indo, mas um lugar que estamos criando. O caminho para ele não é encontrado, mas construído, e o ato de fazê-lo, muda tanto o idealizador quanto o destino."

**Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto**  
Presidente

A diretora judiciária, Denise Batista, destacou que o sistema de acompanhamento processual eletrônico do 2º grau (Themis-SG) foi reformulado e implantado no dia 15. O sistema trouxe inovações e ferramentas que vão facilitar a tramitação processual, aumentando a segurança das informações.

A assessora de comunicação, Helena Barbosa, destacou o lançamento de sete publicações voltadas para os públicos interno e externo, entre edições impressas e eletrônicas, redes sociais e outros canais, visando à melhoria da imagem institucional do Poder Judiciário junto à sociedade.

As principais conquistas da diretoria de recursos humanos conforme o diretor Aurino Rocha foram: realização de exames de periculosidade e insalubridade; início do programa de qualidade de vida; reformulação do Programa de Gestão por Competência e treinamento de médicos em perícia médica.

Para garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos, a diretora geral, Alessandra Darub, implantou um sistema de modernização da rotina de trabalho e reformulou os fluxos de diárias, de passagens e de capacitação. Outros referentes a processos de contratação de obras e serviços, compras, locação de imóveis e convênios estão sendo reelaborados.

Também realizou ações conjuntas, com outras diretorias, de reformas de unidades prediais, padronização de modelos de editais e de contratos de licitação e treinamento de 800 servidores no sistema de movimentação de processos administrati-

vos, assim como a parceria com tribunais regionais Eleitoral e do Trabalho no curso de Avaliação dos Controles Internos.

Ações de responsabilidade social e ambiental também foram contempladas. No ano passado, foi realizado, em parceria com o Tribunal Regional Federal, o I Seminário de Qualidade de Vida. Além disso, coordenou trabalhos sociais de arrecadação e doação de alimentos, roupas e brinquedos e coordenou o projeto de reciclagem de papel, que já está sendo utilizado em diversos setores.

Para garantir a segurança dos fóruns e das unidades judiciais, o diretor administrativo Francisco Pereira informou a instalação de 29 postos de vigilâncias armada e investimento de cerca de 2 milhões em segurança eletrônica.

Foram adquiridos, por meio de licitação, veículos (vans, microônibus e caminhonetes tracionadas), entregues às comarcas, e realizado levantamento do consumo médio de material de expediente pelas unidades, com a finalidade de racionalizar a distribuição.

**FERJ** - Visando assegurar os repasses financeiros à Justiça estadual, o Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (FERJ) intensificou os treinamentos e a fiscalização junto aos cartórios extrajudiciais em todo Estado.

A diretora, Celerita Dinorah, estuda a proposta da instituição do papel de segurança, que será utilizado nas certidões e alvarás judiciais, no âmbito do Poder Judiciário, e nos atos notariais e registrais, nas serventias extrajudiciais.

## TJMA estreia na rede social facebook

O Tribunal de Justiça do Maranhão passou a fazer parte da rede social *facebook*, com o perfil "TJ\_MA", voltado ao público externo, que traz as atividades do Poder Judiciário e de seus membros.

A atualização do conteúdo da página é feita diariamente, com as notícias produzidas pela equipe de jornalistas da assessoria de comunicação da presidência do TJMA durante as sessões de julgamento e junto às diretorias e a presidência do Tribunal.

Um atalho instalado no portal do Judiciário, na área "Acesso Rápido", direciona o usuário para a página do Tribunal no *facebook*, onde poderá acompanhar as informações publicadas.

A entrada na rede social é parte das ações estratégicas implementadas na gestão do presidente Jamil Gedeon na área da comunicação social.

"A partir de 2010 lançamos diversos

produtos e serviços destinados a divulgar as ações do Tribunal, incluindo as redes sociais, que têm grande penetração junto público em geral", informou a jornalista Helena Barbosa, chefe da assessoria de comunicação da presidência.

Publicada em 12 de abril, a página do TJMA teve mais de 12 mil consultas ao conteúdo noticioso em menos de um mês. Lá, o usuário pode visualizar fotos, vídeos e as demais atualizações.



Página do TJMA no facebook



Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto  
Presidente

Desa. Cleonice Silva Freire  
Vice-presidente

Des. Antonio P. Guerreiro Júnior  
Corregedor Geral da Justiça

Des. Antonio Fernando Bayma Araújo  
Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf  
Des. José Stélio Nunes Muniz  
Des. Raimundo Freire Cutrim  
Des. Cleones Carvalho Cunha

Desa. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa  
Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo  
Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães  
Desa. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz  
Desa. Raimunda Santos Bezerra  
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos  
Des. Marcelo Carvalho Silva  
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes  
Des. Paulo Sérgio Velten Pereira  
Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa  
Des. Raimundo Nonato de Sousa  
Des. Jaime Ferreira Araújo  
Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo  
Des. José Bernardo Silva Rodrigues  
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho  
Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Raimundo Moraes Bogéa  
Sônia M. Amaral Fernandes Ribeiro  
Juizes Auxiliares

### EXPEDIENTE

TJ Notícias é uma publicação  
do Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão

Assessoria de Comunicação  
da Presidência

Av. Pedro II - Centro - São Luís - MA  
CEP: 65.010-905 - Fone: 2106-9000

Twitter: @TJ\_MA  
Facebook: TJ\_MA  
Site: www.tjma.jus.br  
E-mail: asscom@tjma.jus.br

Jornalista Responsável:  
Helena Barbosa (MTE-391-JP)

Reportagem:  
Amanda Mouzinho, Andréa Colins,  
Antônio Carlos de Oliveira, Irma Helenn,  
Joelma Nascimento, Juliana Mendes,  
Orquidea Santos e Paulo Lafene

Diagramação:  
Carla Duque  
Tiago Erre

Fotos:  
Asscom/Ribamar Pinheiro



## Fóruns de Amarante e Montes Altos reformados



Fórum de Montes Altos

No mês de abril, o TJMA concluiu a reforma dos fóruns de Amarante do Maranhão e Montes Altos. As obras fazem parte do plano de revitalização das comarcas do Maranhão, uma das metas prioritárias da gestão do desembargador Jamil Gedeon.

Em Amarante, a 672 km de distância da capital, foram renovados os espaços físicos e as instalações, com recuperação interna e externa do reboco, substituição de esquadrias de madeira, troca de revestimentos dos banheiros, incluindo as louças e metais, troca de piso cerâmico, recuperação do telhado, aterramento e revisão das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, telefonia e de lógica, pintura das paredes internas e ex-

ternas, esquadrias de madeira e esquadrias metálicas. Será substituída parte do forro de gesso e pvc.

Já em Montes Altos, a 683 km da capital, foi feita a recuperação da cobertura, com instalação de calhas, pingadeiras e rufos, substituição de esquadrias de madeira, troca de revestimentos dos banheiros, incluindo as louças e metais e acessórios, troca de piso cerâmico, instalação de modernos aparelhos de ar-condicionado, troca de forro, revisão das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias e telefonia, serviço de urbanização e jardinagem, pintura das paredes interna e externa, descupinização e de todo madeiramento aparente do telhado.



Fórum de Amarante

## TJMA executa reforma e construção de fóruns no interior

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, acompanhado dos diretores geral e administrativo, respectivamente, Alessandra Darub e Francisco Pereira, visitaram as comarcas de Parnarama, Matões e Timon.

Na comarca de Parnarama (a 504 km da capital), visitou o fórum judicial, e identificou problemas na estrutura do imóvel, além de ouvir as reivindicações feitas pelo juiz Manoel Gomes Neto.

O presidente informou ao juiz da comarca que serão efetuadas, a partir de maio, reformas e ampliação do prédio, com o objetivo de oferecer melhores condições de trabalho a magistrados e servidores e aperfeiçoar o serviço jurisdicional prestado à comunidade.

O imóvel receberá completa reforma do prédio e das instalações elétricas e hidráulicas, troca de pisos, iluminação e forro. Como termo judiciário único, a comarca de Parnarama tem um acervo de 600 processos, com demanda de 60 processos/mês.



Juízes discutem melhorias para a comarca de Timon com o presidente

**MATÕES** - A comitiva lançou a pedra fundamental da obra de construção do novo fórum, em terreno doado pela prefeitura local. O processo de licitação da obra já está em fase final.

**TIMON** - As visitas foram encerradas em Timon, numa reunião com os juízes das comarcas da região, quando foram discutidas as dificuldades encontradas em relação à segurança, treinamento de pessoal, demanda processual e a necessidade de servidores e computadores. Apesar de o Tribunal ter enviado dez máquinas à comarca, essa quantidade ainda é insuficiente para o atendimento da atual demanda.

## Mais de 78.000 m<sup>2</sup> em obras de construção e reforma nas comarcas

O TJMA aperfeiçoou a gestão dos recursos investidos em obras de reformas e construções do Judiciário estadual. O resultado, fruto do planejamento estratégico, foi apresentado durante a primeira Reunião de Avaliação da Estratégia de 2011.

Na capital, são 43 unidades prediais, que incluem fórum, juzgados, unidades administrativas e o prédio sede. No interior são mais 109, distribuídas nos seis polos sediados nas cidades de Caxias, Chapadinha, Imperatriz, Pinheiro, Santa Inês e São Luís.

Segundo o diretor de engenharia do TJMA, Antonio José Lago, no ano passado foi realizado um trabalho de diagnóstico em todos os polos para identificar a situação e as necessidades de obras. Em seguida, foram elaborados os projetos e iniciados os processos licitatórios.

Este ano, já são mais de 21 mil m<sup>2</sup> em reformas e adequações e 57 mil m<sup>2</sup> em obras de construção de sedes. Do total que está sendo construído, 50% estão em fase de conclusão, a exemplo do anexo do Fórum de São Luís, que abrigará 81 varas em um espaço de 46 mil m<sup>2</sup>.



Construção do fórum de Mirador

Para o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, essa constatação é fruto do uso racional da verba pública. "Com o planejamento estamos identificando as prioridades e direcionando de maneira correta o orçamento disponível. Além disso, estamos acompanhando os contratos, o que tem possibilitado a entrega das obras no prazo, sem prejuízos à população", afirmou.

O presidente destacou, ainda, que todas as unidades são entregues com a estrutura básica necessária para oferecer mais conforto aos servidores, refletindo no bom funcionamento dos serviços prestados. Quando entregues, as unidades dispõem de novos equipamentos de informática e mobiliário.

**CONSTRUÇÃO** - Além do fórum da capital, estão em construção os novos fóruns de Alto Parnaíba, Caxias, João Lisboa, Loreto, Mirador, Mirinzal, Santa Inês e São Mateus, e dos salões do Júri de Estreito e Carolina, que receberam novos fóruns em 2010.

Para a coordenadora de Obras e Serviços do TJMA, Gisele Albuquerque, a tendência é que essa área aumente, pois ainda há processos licitatórios em andamento. "Estamos aguardando a finalização da licitação para iniciar a construção dos fóruns de Morros, Santa Helena, Rosário e Matões, assim como a ampliação dos fóruns de São José de Ribamar e Itapecuru-Mirim", informou.

**LAGO DA PEDRA** - TJMA abriu processo licitatório para a contratação de empresa de obras e serviços de engenharia para a construção do novo fórum da comarca de Lago da Pedra.

O fórum vai abrigar duas varas e salão do júri. O imóvel terá 802,15 m<sup>2</sup> de área externa construída no padrão arquitetônico adotado pelo Judiciário,

num terreno de 4.740 m<sup>2</sup>, situado na zona urbana, doado pelo município. A atual sede funciona em um prédio de 425,40 m<sup>2</sup>.

Cumprindo compromisso de gestão, o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, priorizou as obras de construção e reforma dos fóruns de 1º grau, oferecendo condições estruturais adequadas para que o Judiciário possa receber e julgar, de forma satisfatória, a demanda judicial.

No ano passado, foram entregues seis novos fóruns (Raposa, Olinda Nova, Carolina, Estreito, Maracaçumé e Morros) e outros ainda serão entregues até o mês de julho.



Obra de construção do fórum de Caxias



## CNJ adota sistema de dados do TJMA

O sistema de dados sociais de presos desenvolvido pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça do Maranhão, para o Programa "Começar de Novo", adotado em nível nacional pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi lançado nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso, em abril.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) foi o primeiro a receber o sistema, que permitirá o censo da população carcerária, centralizando todos os dados sociais e penais de presos e egressos das penitenciárias do país.

As informações disponíveis no sistema do programa ajudarão o trabalho das Varas de Execução Penal. Com acesso ao banco de dados, o magistrado responsável por essa vara poderá conhecer a vida progressa do reeducando, além das características gerais dos presos da região pela qual é responsável, como perfil, tempo de pena e renda.

A implantação nos tribunais de todo o País está sendo coordenada pelos membros do grupo de trabalho representado pelo desembargador Froz Sobrinho - coordenador do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário, afastado temporariamente do TJMA para se dedicar ao projeto - e a equipe de servidores Solon Miranda, Ariston Apoliano, Edméa Lima e Lícia Dias, assessores do Grupo.

O Sistema Começar de Novo (SCN) foi desenvolvido em parceria com técnicos da Secretaria de Adjunta de Tecnologia da Informação e Integração do Estado do Maranhão. A criação do grupo para implantar e migrar os dados do SCN foi uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Portaria Nº 16, assinada pelo ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ.



Des. Froz Sobrinho e equipe apresentam sistema no TJMA

## Comitê para solucionar conflitos na saúde

Soluções administrativas de conflitos na área de saúde no âmbito do Estado do Maranhão deverão ser viabilizadas por meio de análise do Comitê de Resolução Administrativa de Demandas da Saúde, cujas atribuições foram definidas no dia 25 de abril, em reunião entre magistrados e autoridades da saúde pública na presidência do Tribunal de Justiça (TJMA).

O Comitê vai agir todas as vezes em que cidadãos assistidos pelo Sistema de Saúde deixarem de receber o devido atendimento pelo SUS.

A reunião foi coordenada pelo desembargador Jamil Gedeon, com a presença do coordenador do Comitê no Estado, juiz de Direito João Santana; do juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, José Jorge Figueiredo dos Anjos; do juiz federal Magno Linhares; dos secretários estadual e municipal de Saúde, respectivamente, Ricardo Murad e

Gutemberg Araújo; do promotor de Justiça, Herbert Figueiredo, da defensora pública Estadual, Isabel Cristina, do defensor público federal, Yuri Costa e do juiz Raimundo Neris, dentre outros.

As ações do Comitê atendem à recomendação do Fórum Nacional do Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça com o objetivo de monitorar e encontrar respostas às demandas relativas à assistência à saúde. "O trabalho do comitê certamente ajudará na prevenção de conflitos na área da saúde que chegam ao Judiciário, principalmente aqueles relacionados à internações de pacientes e ao fornecimento de serviços e medicamentos na rede pública", ressaltou Gedeon.

Serão analisados tanto os casos em que o pleito pode ser atendido administrativamente, evitando a sua judicialização, quanto aqueles em que é possível a conciliação nas

ações judiciais já em curso, nas hipóteses em que o tratamento de saúde – fornecimento de medicamentos, insumos, materiais e serviços de saúde – esteja previsto no âmbito do SUS e não tenha sido prestado, bem como naquelas hipóteses em que, por algum motivo, o médico tenha indicado tratamento diverso daqueles oferecidos pelo Sistema Único de Saúde.

Constitui também objetivo do comitê a apresentação de propostas – perante as autoridades competentes – para o aperfeiçoamento do sistema público de saúde. "A iniciativa do Judiciário em criar o Comitê vem em um momento bastante oportuno, pois além de valorizar e garantir o bom atendimento aos cidadãos que precisam de assistência médica, vem auxiliar as autoridades públicas na melhoria dos serviços de saúde prestados à população", ressaltou o secretário estadual de Saúde, Ricardo Murad.

## Direito Civil é tema de seminário para servidor

Para aprofundar e discutir as recentes decisões do Superior Tribunal de Justiça no âmbito do Direito Civil, tendências da jurisprudência civil moderna e o impacto nas atividades dos tribunais e juízos de primeiro grau, o TJMA realizou, no dia 1º de abril, o seminário "Direito Civil na perspectiva do STJ", com o juiz Pablo Stolze Gagliano, professor da Universidade Federal da Bahia e da Escola da Magistratura Baiana.

Durante o seminário – uma iniciativa da Diretoria de Recursos Humanos, apoiada pela ESMAM – Gagliano analisou vários julgados do STJ, cujo teor e interpretação exigem – segundo ele – atenção redobrada e constante estudo dos profissionais da área jurídica, que precisam ter uma adequada vi-

são do seu âmbito de incidência hermenêutica.

Gagliano disse que, na interpretação das normas civis vigentes, os operadores do Direito devem evitar o emprego do verbo "sobreviver" ou "subsistir", quando se fizer referência à dimensão existencial de alguém.

"O princípio que seguimos aponta no sentido da preservação de um interesse jurídico de índole superior, qual seja, o pa-



Juiz Gagliano fala dos efeitos das decisões do STJ nos tribunais

trimônio mínimo de cada indivíduo na perspectiva protetiva da dignidade da pessoa humana", assinalou o palestrante.

## Reciclagem de papel reduz gastos de recursos

O TJMA recebeu, em abril, o primeiro lote de resmas de papel reciclado produzido por meio de material dispensado durante o expediente nos setores administrativos. O presidente do Tribunal, desembargador Jamil Gedeon, recebeu o material reciclado entregue pela diretora-geral, Alessandra Darub. Ela ressaltou que além do papel utilizado durante o expediente, o servidor também pode encaminhar para a reciclagem o material utilizado em casa.

Para produzir as resmas, foram utilizadas 1,5 tonelada de papel branco, 253 de papelão e 17 quilos de papéis mistos selecionados. O material foi recolhido nos setores pelo serviço de apoio administrativo.

Com a campanha "Responsabilidade Am-

biental: o Tribunal apoia essa ideia", o TJMA informa aos servidores que, a cada tonelada de papel reciclado, é evitada a derrubada de 15 a dez árvores.

Todos os servidores foram presenteados com uma sacola para utilizar em compras, em substituição às embalagens plásticas, que não são biodegradáveis.

Os desembargadores Jorge Rachid e Paulo Velten já utilizavam o papel reciclado em seus gabinetes, antes da prática ser adotada pelos setores administrativos.

**META** - Além de estimular o comportamento ambiental entre os servidores, a medida visa cumprir a Meta 6 do Judiciário nacional, de redução, em pelo menos 2%, do

consumo per capita de energia elétrica, telefone, papel, água e combustível.



O presidente Jamil Gedeon recebe material reciclado da diretora-geral do TJMA, Alessandra Darub



## Saúde do servidor é avaliada

Os servidores do Judiciário estão sendo submetidos a exames médicos de verificação de aptidão para as atividades que desenvolvem, conforme o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO).

Mais de 2.700 servidores já se submeteram ao exame de saúde ocupacional, que estão sendo realizados nos 11 polos judiciais no interior do Estado e em São Luís.

De acordo com a diretora da divisão mé-

dica do TJMA, Keila Ligia de Melo, os servidores que ainda não realizaram o exame médico serão atendidos nas próximas convocações.

“Os exames são importantes e possibilitam o acompanhamento médico do funcionário, diagnosticando casos de stress crônico, pressão alta, riscos ergonômicos, dentre outros problemas que afetam diretamente a sua saúde”.

## Magistrados discutem investimentos na estrutura do sistema carcerário do MA

Em visita ao Maranhão no mês de abril, o diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), Augusto Rossini, elogiou o empenho e o comprometimento do Judiciário maranhense com as questões que envolvem o sistema carcerário no Estado e anunciou a liberação de R\$ 20 milhões para a construção de duas unidades prisionais nos municípios de Pinheiro e Bacabal – cada uma com capacidade para 200 presos.

Na oportunidade, ele informou ao presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, à vice-presidente, Cleonice Freire, e ao corregedor geral da Justiça, Antonio Guerreiro Junior, que os investimentos para a construção das unidades prisionais atendem a uma pauta de ações para melhorar a infraestrutura do sistema penitenciário do Estado, que inclui a construção de presídios e a adaptação de delegacias para que estas se tornem unidades de ressocialização.

“Vemos no Judiciário o grande parceiro na implementação de políticas públicas que apontem soluções para os problemas verificados no sistema penitenciário. Com um trabalho sistemático e organizado, o Judiciário

tem sido o protagonista de experiências inovadoras e importantes nessa área”, ressaltou o diretor.

Na ocasião, o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, afirmou que os problemas do sistema carcerário maranhense são complexos e que mais investimentos serão necessários para estruturar, gerir e dinamizar a política penitenciária, para que as normas de execução penal sejam plenamente aplicadas.

“O Judiciário, por meio do Grupo de Fiscalização e Monitoramento Carcerário, continuará se empenhando para diminuir os índices de reincidência, criando oportunidades para que os egressos do sistema penitenciário possam ser reinseridos na sociedade. A conjuntura nos traz a exigência de colocarmos a humanização do sistema carcerário como questão prioritária”, assinalou.

O corregedor geral da Justiça, desembargador Guerreiro Junior, por sua vez, disse que o atual modelo carcerário precisa de melhorias, “para que possa cumprir a finalidade de reeducar o transgressor e reintegrá-lo ao convívio social”.



Reunião do DEPEN com magistrados

## Campanha “Páscoa de Leitura”

As bibliotecas do TJMA, da Escola Superior da Magistratura e do Fórum da comarca de São Luís lançaram no dia 12 a campanha “Promova uma Páscoa de Leitura”, com o objetivo de arrecadar livros de literatura infantil para as crianças da Creche Judith Pacheco, da Casa da Criança Menino Jesus e da Casa Abrigo, mantidas pelo Poder Judiciário.

Cerca de 200 livros infantis foram coletados durante a campanha e entregues, no Dia Nacional do Livro Infantil (18 de abril), às crianças assistidas no intuito de estimular o gosto pela leitura.

O desembargador Lourival Serejo parabenizou as equipes por essa e outras iniciativas que contribuem para a valorização da biblioteca como espaço social. “É sempre um motivo de satisfação ver eventos como este que incentivam uma nova visão da biblioteca”, avaliou.

A diretora Alessandra Darub elogiou a atuação da biblioteca TJMA na atual gestão, que tem promovido eventos de apoio à leitura: “É importante o incentivo às nossas crianças, filhos de servidores e magistrados, que precisam desde cedo descobrir a importância da leitura”.



Peça teatral fez parte da programação da campanha

A programação da campanha incluiu atividades nos dias 18 e 19 de abril, com a doação dos livros infantis arrecadados e exposição de produtos literários. No dia 18, houve brincadeiras e peças teatrais de incentivo à leitura, com a participação do grupo infantil “Caras de Palco”.

No dia 19 de abril, das 8h às 17h, uma exposição foi realizada na sede do TJMA. Durante a visita à exposição, o presidente destacou a iniciativa, pioneira no Judiciário. “As bibliotecas estão de parabéns e todos nós que compomos o Poder Judiciário do Maranhão fomos beneficiados. É uma oportunidade ímpar. Espero que todos possam participar do “Projeto Pausa para a Leitura”, disse o presidente.

Também participaram da abertura a vice-presidente, desembargadora Cleonice Freire, o desembargador Lourival Serejo, a diretora-Geral, Alessandra Darub, coordenadores e servidores.

A vice-presidente considerou a exposição um grande estímulo à disseminação da literatura. “É preciso valorizar o trabalho que está sendo executado pelas bibliotecas, pelo incentivo à leitura”, enfatizou a desembargadora, afirmando estar motivada a levar mais um livro pra ler e devolver com a doação de outros livros.



Magistrados visitam exposição de livros na biblioteca

**DOAÇÃO** - A biblioteca do TJMA recebeu uma doação especial da jornalista Francesca Carvalho, ex-servidora do TJMA, autora do livro “Cantriz: A Formiguinha Cantora”, que destinou dez exemplares para a campanha.

A exposição promovida pelas bibliotecas ofereceu livros novos, publicações de magistrados maranhenses, publicações editadas pela Escola Superior da Magistratura.



Escritora doa livro para o “Projeto Pausa para a Leitura”

A biblioteca passará a oferecer clássicos da literatura universal, brasileira e maranhense, buscando atender a outros públicos além dos juristas. Os novos produtos são oriundos de compras feitas pelo Tribunal.



## Judiciário instala Vara de Execuções Penais em Timon



Presidente (esq.) e corregedor (dir.) instalam vara de execução em Timon

A Vara de Execuções Penais de Timon (a 432 km de São Luís) foi instalada no dia 29 de abril, na sede do Fórum local. A criação da vara foi regulamentada pela Lei Complementar nº 131/2010 e autorizada sua instalação pelo pleno em 18 de agosto do mesmo ano.

O juiz Francisco Ferreira Lima (6ª Vara) responderá pela unidade até a escolha do titular. "Essa (vara) era uma reivindicação antiga da população local atendida pelo Tribunal e vai ao encontro da recomendação do Judiciário nacional para que as execuções se concentrem em um único juiz", disse.

A 7ª Vara deu início aos trabalhos com um total de 1.368 processos encaminhados pelas 5ª e 6ª Vara – 110 em tramitação; 400 de execução penal; 200 do Tribunal do Júri e 75 de entorpecentes (6ª Vara), e 558 de execução e 25 do Júri (5ª Vara).

Para o juiz da 5ª Vara, Josemilton Barros,

um dos benefícios trazidos pela ampliação da estrutura da Justiça é a maior celeridade à análise dos processos dos presos provisórios, com a concentração das execuções em outra vara.

O presidente do TJMA, Jamil Gedeon, ressaltou que Timon é a 3ª maior comarca do Estado, com sete varas, e agora conta com uma unidade responsável pelo processamento das ações relativas ao Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher.

**LEI** - A 7ª Vara será responsável pela efetividade das decisões judiciais relativas à execução penal e ao acompanhamento do processo de reintegração de condenados em regime fechado, semiaberto e aberto; penas e medidas alternativas; correições de presídios; presidência do Tribunal do Júri; entorpecentes; Juizado Especial de violência Doméstica contra a Mulher e *habeas corpus*. Essas responsabilidades eram atribuídas, anteriormente, às 5ª e 6ª varas.

Os serviços judiciários da 7ª Vara no fórum contam com o apoio de 11 servidores, entre analistas, técnicos, auxiliares e oficiais de Justiça. O corregedor geral da justiça, desembargador Guerreiro Júnior, entregou ao diretor do fórum de Timon a chave de um novo veículo para ser utilizado no serviço forense e falou da necessidade de virtualizar os processos da unidade instalada.

## TJ licita segurança armada para mais comarcas

O Tribunal de Justiça do Maranhão realiza, em maio, licitação para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança e vigilância armada de forma contínua, 24 horas, com abrangência para 80 postos nas dependências jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário.

O edital encontra-se disponível na página do Comprasnet ([www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)).

A empresa vencedora na licitação vai prover, de imediato, os postos hoje existentes sob a responsabilidade das empresas Congelseg, Servi-San e Potencial, na medida em que os contratos forem encerrados.

"Com o processo licitatório, haverá possibilidade de ampliação do serviço de vigilância armada nas comarcas no segundo semestre", segundo o diretor administrativo, Francisco Pereira.

O TJMA está investindo, por ano, quase R\$ 3 milhões na segurança armada dos órgãos da Justiça estadual. Atualmente, três empresas prestam serviços nesse ramo: a Congelseg, Servi-San e Potencial, totalizando 29 postos.

**SEGURANÇA ELETRÔNICA** – Outro processo licitatório já iniciado, por meio de Sistema de Registro de Preços, modalidade pregão eletrônico, terá investimento inicial em torno de R\$ 2 milhões e está em fase de análise de propostas. Consiste na aquisição de catracas eletrônicas com leitor biométrico, pórticos de detecção de metais, inclusive manuais, sistema de circuito fechado de televisão, cercas elétricas em espiral, sensor e sistema de pânico. A instalação dos equipamentos será feita de acordo a necessidade e disponibilidade de orçamento.

## Treinamento prepara servidor para a gestão documental

Servidores das bibliotecas do Tribunal de Justiça, da Escola Superior da Magistratura, e do Fórum Des. Sarney Costa participaram, no dia 8 de abril, do Curso de Gestão Documental, no Grand São Luís Hotel.

O curso – ministrado pelo professor Renato Tarciso Barbosa, mestre em biblioteconomia e documentação e doutor em história social, pela Universidade de Brasília (UNB) – faz parte do programa que visa melhorar e reorganizar a gestão documental e arquivística do Judiciário.

Dentre as mudanças propostas pelo programa está o gerenciamento do ciclo dos documentos emitidos e recebidos pelos setores do TJMA, desde a criação até sua destinação ao arquivo.

O programa inclui a elaboração de Plano de Classificação, que ajudará na organização dos documentos por assunto, e de uma tabela de temporalidade, que determinará o

tempo de arquivamento de cada documento de acordo com o tipo em todo o Maranhão.

"O objetivo é trabalhar a gestão documental do Tribunal desde a sua produção, recebimento e destinação dessa documentação, para que, posteriormente, possamos passar para a documentação histórica", disse a coordenadora da biblioteca, Cíntia Costa.



Professor Renato Tarciso Barbosa orienta sobre gestão documental

## III Mutirão Carcerário chega ao fim com 556 presos beneficiados

Após 44 dias de trabalho e mais de 400 diligências, o III Mutirão Carcerário do Maranhão chegou ao fim, com 2.815 processos de execução criminal analisados e 556 benefícios concedidos a presos condenados (458) e provisórios (98) – cerca de 20% das situações penais avaliadas.

De acordo com relatório conclusivo, 177 benefícios de liberdade foram concedidos aos encarcerados. Outros 49 obtiveram livramento condicional. Em 32 casos, houve extinção da pena, com soltura. Outros 197 presos tiveram saída temporária concedida. Dentre as progressões de regime, 71 presos passaram para o regime aberto e 54 para o semiaberto.

O encerramento foi declarado pelo juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça, Luciano Losekann, no dia 29. "Enquanto alguns estados brasileiros ainda vão dar início à primeira edição do mutirão, o Maranhão já realizou sua terceira edição", destacou.

O que mais chamou a atenção do coordenador dos trabalhos, juiz Éder Jorge, foram os casos de presos que já tinham cumprido a pena e ainda se encontravam na prisão. Foi o caso de 32 detentos. "Se houvesse um sistema eficiente de controle dos prazos penais, os benefícios já teriam sido concedidos em tempo hábil", lamentou. O juiz acrescentou, ainda, que o Ministério Público estadual também não tem feito as inspeções nos pre-

sídios regularmente, como deve ser.

As atividades tiveram início no dia 17 de março, com uma equipe formada pelos juizes Adelvan Pereira, Anelise Reginato, Ana Maria Almeida e Marcelo Farias; os promotores William Siqueira, Isabele Carvalho, Fernando José Alves e Gleudson Malheiros; oito defensores públicos e servidores do Judiciário. Além da análise dos processos, houve inspeção nas dependências da Casa de Detenção (CADET), do Centro de Detenção Provisória (CDP), dos presídios de Pedrinhas, São Luís e Centro de Reeducação e Inserção de Mulheres Apenadas (CRISMA) e na Casa de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ).

O relatório será entregue ao ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo Tribunal Federal, e ao plenário do CNJ para que sejam tomadas as providências cabíveis no que se refere ao Poder Judiciário.



Juiz Luciano Losekann encerra III Mutirão Carcerário do MA